

CONTRATO DE EMPREITADA

CONTRATO REF.ª N.º 52_ GPENAPOR_2022

ENTRE

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

E

EDILTER – Sociedade Unipessoal, Lda

SEDE: C. P. N.º 82, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 43 37 / 21 70 | E-mail: info@enapor.cv
PORTOS: PORTO GRANDE - Av. Marginal, C.P. 82 - Mindelo, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 14 33 | PORTO DA PRAIA - C.P. 87 - Santiago
- Tel: (+238) 260 90 60 | Fax: (+238) 263 38 99 | PORTO DA PALMEIRA - Sal - Tel: (+238) 241 13 48 | Fax: (+238) 41 13 48 | PORTO NOVO - Sto. Antão - Tel:
(+238) 222 12 54 | Fax: (+238) 222 12 54 | PORTO DO TARRAFAL - Vila do Tarrafal - S. Nicolau - Tel: (+238) 236 10 50 / 16 77 | Fax: (+238) 236 13 26 | PORTO
VALE DE CAVALEIROS - Fogo - Tel: (+238) 281 21 13 | Fax: (+238) 281 12 64 | PORTO INGLÊS - Vila do Porto Inglês - Maio - Tel: (+238) 255 14 80 / 13 50 | Fax:
(+238) 255 13 50 | PORTO FURNA - Vila da Furna - Brava - Tel: (+238) 285 12 40 / 285 12 46 | Fax: (+238) 85 12 09 | PORTO DE SAL - Rei - CP N.º 29, Cidade
de Sal Rei - Boa Vista - Tel: (+238) 251 11 87 | Fax: (+238) 251 13 74.



CONTRATO DE EMPREITADA

Entre;

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, CP-82, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 200487264/120061222, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263 e pelo pela Dr.ª **Eneida Cristina Lima Gomes**, solteira, portadora do BI n.º 316103, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF 131610325 na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administradora Executiva respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar;

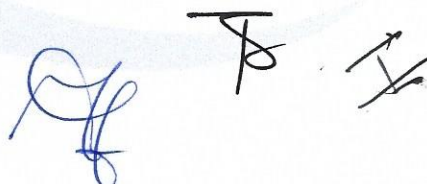
Doravante identificada simplesmente por “Primeira Outorgante”

e

EDILTER, Sociedade Unipessoal, Lda. com sede em Vila Oeiras N.º 26, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, registada na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel de São Vicente, com o capital social de 5.000.000\$00, titular do Alvará de Construção nº 315, NIF 251 859 690, representada pelo seu Gerente Sr. **Ilir Dedja**, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar;

Doravante identificada simplesmente por “Segunda Outorgante”

Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respetivas qualidades, é de boa-fé e livre vontade, firmado e reduzido a escrito o presente contrato de empreitada, que se rege pelas seguintes cláusulas:



Considerando que:

- a) O Governo pretende desenvolver ações com o objetivo de promover a retoma das atividades económicas e mitigar os impactos nefastos provocados pela pandemia, principalmente no setor marítimo, Cabo Verde será uma escala da próxima edição da The Ocean Race, prevista para janeiro de 2023, com vista a promoção da imagem da cidade do Mindelo, da região e do país a nível internacional, a promoção como destino turístico e de suas infraestruturas náuticas;
- b) Dada a urgência nesse processo, várias ações vêm sendo efetuadas, sendo que uma das prioritárias deverá ser a pavimentação do espaço CFS, no acesso norte do Porto Grande;
- c) A Primeira Outorgante desencadeou o processo de ajuste direto, fundamentado na alínea a) do nº 1 do artigo 39.º do Código de Contratação Pública (CCP);
- d) A minuta do contrato de empreitada foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração.

Cláusula 1ª

(Objeto)

- 1. A Segunda Outorgante compromete-se a executar a **Empreitada de Pavimentação do espaço CFS no Acesso Norte do Porto Grande do Mindelo**, incluindo todos os trabalhos preparatórios necessários para a sua boa execução, conforme proposta apresentada datada de 27 de setembro de 2022.
- 2. O presente contrato integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os esclarecimentos e as retificações aos documentos do procedimento;
 - b) o Caderno de Encargos;
 - c) a proposta adjudicada;
- 3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

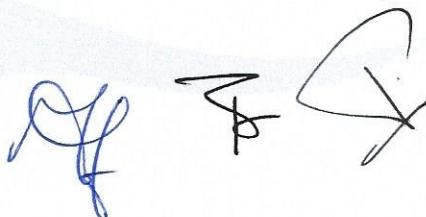


Cláusula 2ª
(Preço)

1. O preço a pagar à Empreiteira pela execução da empreitada, é de **1.614.225\$00 ECV** (um milhão, seiscentos e catorze mil, duzentos e vinte e cinco escudos), acrescido do IVA Autoliquidação a taxa legal em vigor.
2. O preço a pagar é fixo, no que ambas as partes estão expressa e especialmente de acordo.
3. A Segunda Outorgante compromete-se a executar a empreitada, descrita na cláusula anterior sem direito a revisão de preços.
4. O preço final da empreitada é resultante da aplicação dos preços unitários às quantidades calculadas em função das medições do trabalho.

Cláusula 3ª
(Faturação e Condições de Pagamento)

1. A Primeira Outorgante liquidará à Segunda Outorgante, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da assinatura do presente contrato e emissão da fatura o valor de **484.268\$00 ECV** (quatrocentos e oitenta e quatro mil, duzentos e sessenta e oito escudos), correspondente a **30%** (trinta por cento) do valor global.
2. Todo o remanescente, correspondente aos **70%** (setenta por cento) no valor de **1.129.958\$00 ECV** (um milhão cento e vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e oito escudos), será liquidado mediante a conclusão da empreitada e emissão do Auto de receção.
3. A Segunda Outorgante emitirá a (s) fatura (s) em nome da Primeira Outorgante, que lhe será remetida para o endereço indicado.
4. Desde que devidamente emitida e observado o disposto na presente cláusula, a(s) fatura(s) será/ão paga/s através de transferência bancária para a conta da Segunda Outorgante.
5. Em caso de discordância quanto aos valores indicados na(s) fatura(s), a Primeira Outorgante deverá comunicar este fato à Segunda Outorgante, por escrito e no prazo de 5 (cinco) dias após receção da respetiva fatura (s), ficando a Segunda Outorgante obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.



Cláusula 4.^a
(Recusa de Pagamento)

A Primeira Outorgante reserva-se no direito de não efetuar os pagamentos referidos na cláusula anterior se:

- a) Os trabalhos objeto de medição apresentarem vícios de execução ou não corresponderem à execução que estava projetada;
- b) Nos trabalhos objeto de medição tiver sido utilizado qualquer material rejeitado pela Fiscalização ou não aprovado por ela; e
- c) Se tratar, no todo ou em parte, de reconstrução de trabalhos já feitos, mas danificados pela Segunda Outorgante.

Cláusula 5.^a
(Prazos e Local de Execução)

- 1. A Segunda Outorgante obriga-se a executar todos os trabalhos constantes do orçamento **no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias** a contar da data da assinatura do contrato e do recebimento do adiantamento.
- 2. O local de materialização do projeto objeto deste contrato, é o indicado na Cláusula 1.^a
- 3. O projeto só se considerará concluído quando a Fiscalização o aceitar provisoriamente, reportando-se os efeitos dessa aceitação à data em que a Segunda Outorgante tenha terminado definitivamente os seus trabalhos.

Cláusula 6.^a
(Multa por violação do prazo de Entrega)

Na falta do cumprimento do prazo estabelecido neste contrato, a Segunda Outorgante ficará sujeita, à multa diária e nas seguintes condições:

- a) Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 10 (dez) dias.
- b) Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2‰ (dois por mil) do valor do Contrato, sem, contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual.
- c) A aplicação de multas contratuais à Segunda Outorgante, nos termos anteriores, deve ser precedida de Auto lavrado pela Fiscalização, do qual



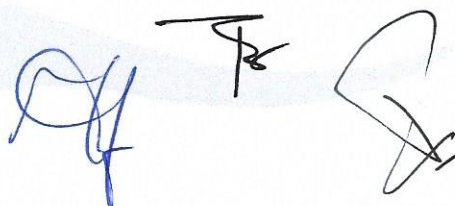
a Primeira Outorgante envia uma cópia à Segunda Outorgante, notificando-a para, no prazo de 03 (três) dias deduzir a sua defesa.

Cláusula 7.^a
(Gestão do pessoal)

1. A Segunda Outorgante será responsável pelo pessoal afeto à empreitada objeto do presente contrato.
2. A Segunda Outorgante será responsável, perante a Primeira Outorgante e perante terceiros, pelos atos de todo o pessoal.
3. A responsabilidade pela conformidade de toda a empreitada, será exclusivamente da Segunda Outorgante, ainda que esta recorra a terceiros para a execução do Contrato.

Cláusula 8.^a
(Seguros)

1. A Segunda Outorgante obriga-se a celebrar os seguintes contratos de seguro:
 - a) Seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, devendo apresentar ainda, caso aplicável, no prazo de 03 (três) dias a contar da subcontratação, comprovativo que o pessoal contratado pelos subempreiteiros possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho, de acordo com a legislação em vigor em Cabo Verde;
 - b) Seguro de responsabilidade civil contra terceiros;
2. As apólices dos seguros, referidas nas alíneas do número anterior, devem ser apresentadas pela Segunda Outorgante antes do início da execução dos trabalhos e sempre que lhe for exigido pelo Fiscal da obra.
3. Nenhuma apólice de seguro poderá ser alterada, substituída, suspensa ou cancelada pela Segunda Outorgante sem a prévia autorização, por escrito, da Primeira Outorgante.
5. Os encargos referentes aos seguros previstos nos números anteriores, bem como qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, serão da responsabilidade da Segunda Outorgante.



Cláusula 9.^a
(Segurança, Saúde e Ambiente)


1. É da responsabilidade da Segunda Outorgante, cumprir e fazer cumprir pelo seu pessoal, o disposto na legislação em matéria de proteção ambiental, higiene, saúde e segurança no trabalho.
2. A Segunda Outorgante deverá apresentar, antes do início da obra, o plano de proteção para a eliminação dos impactos ambientais negativos.

Cláusula 10.^a
(Dever de boa execução)

1. A Segunda Outorgante fica sujeita, no que diz respeito à execução do contrato, às exigências legais e normativas do setor marítimo-portuário aplicáveis ao objeto do presente contrato.
2. A Segunda Outorgante, desde já, declara e garante que cumprirá toda a legislação e regulamentação aplicável à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

Cláusula 11.^a
(Inspeção)

1. Realizadas as entregas formais das obras que compõem a empreitada, objeto do presente contrato, a Primeira Outorgante procederá, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a uma Inspeção qualitativa da mesma, com vista a verificar se reúne as características, especificações e requisitos técnicos, bem como dos demais requisitos legais aplicáveis, sem prejuízo da fiscalização que decorrerá durante a fase de execução dos trabalhos.
2. Durante esta fase a Segunda Outorgante obriga-se a prestar à Primeira Outorgante toda a colaboração e esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização através de técnicos devidamente credenciados para o efeito.
3. Os encargos com a realização da inspeção que advenham para a Segunda Outorgante, nomeadamente, os custos de deslocação e de recurso a mão-de-obra especializada (se aplicável), serão por esta exclusivamente suportados.



Cláusula 12.^a
(Inoperacionalidade, defeitos ou desconformidades)

1. A conclusão dos trabalhos deverá ser notificada pela Segunda Outorgante à Primeira Outorgante através do correio eletrónico concursos.procurement@enapor.cv
2. No prazo de 05 (cinco) dias a contar da receção da correspondência referida no número anterior, a Primeira Outorgante promoverá a receção provisória.
3. Após a realização da Inspeção referida na cláusula anterior e caso se comprove a inoperacionalidade, desconformidade com as exigências legais ou a existência de defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos identificados, a Primeira Outorgante deverá disso informar, por escrito, à Segunda Outorgante
4. No caso previsto no número anterior, a Segunda Outorgante deverá proceder, por sua conta e risco, à respetiva reparação ou substituição no prazo de 05 (cinco) dias, ficando exclusivamente a cargo da Segunda Outorgante quaisquer custos que advenham ou possam advir da referida reparação e/ou substituição.
5. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pela Segunda Outorgante, no prazo respetivo, a Primeira Outorgante procederá a nova inspeção, nos termos constantes da cláusula anterior.

Cláusula 13.^a
(Aceitação dos trabalhos)

1. Caso se venha a verificar a total conformidade, no decurso da inspeção referida nas cláusulas anteriores, bem como a sua conformidade com as exigências legais e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na Proposta apresentada pela Segunda Outorgante, deve ser emitido um auto de Receção provisória da empreitada, no prazo 5 (cinco) dias a contar do final da inspeção, assinado pela Primeira Outorgante.
2. Mediante a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade da empreitada especificada na Cláusula 1.^a do presente contrato, para a Primeira Outorgante, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre a Segunda Outorgante, e consequente ressalva do seu direito de invocar a existência de vícios ocultos



ou aceitar provisoriamente a obra, considerando-a concluída mas com a ressalva e sob condição de serem reparados os vícios ocultos e imperfeições já patentes.

Cláusula 14.^a
(Garantia)

1. A Segunda Outorgante assumirá, sem qualquer encargo para a Primeira Outorgante, a Garantia de boa execução contra defeitos de execução do objeto do presente contrato, pelo período de 1 (um) Ano.
2. O prazo de Garantia referido no número anterior conta-se a partir da data da assinatura do auto de receção provisória;
3. Durante o prazo de garantia a Segunda Outorgante será responsável pela conservação, reparação e reconstrução das obras do Projeto.
4. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultarem de uma utilização imprópria ou de negligência por parte da Primeira Outorgante, bem como todos os defeitos resultantes da ação alheios ao citado Projeto e de casos fortuitos e de força maior.
5. Findo o prazo de garantia, a Segunda Outorgante deverá requerer à Primeira Outorgante através de carta registada ou correio eletrónico, a receção definitiva das obras.

Clausula 15.^a
(Documentos)

Fazem parte deste contrato todos os documentos nele mencionados, nomeadamente a proposta apresentada pela Segunda Outorgante datada de 27 de setembro de 2022.

Cláusula 16.^a
(Resolução por parte da Primeira Outorgante)

A Primeira Outorgante pode resolver o contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente prevista:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos da lei;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável à Segunda Outorgante;



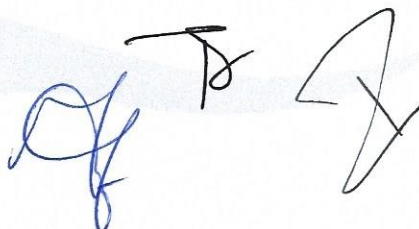
- c) Incumprimento, por parte da Segunda Outorgante, instruções transmitidas durante a execução das obras compreendidas no objeto da presente empreitada;
- d) Oposição reiterada da Segunda Outorgante ao exercício dos poderes de fiscalização da Primeira Outorgante;
- e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto na lei;
- f) A Segunda Outorgante se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal;
- g) Se a entrega da Empreitada, no presente contrato se atrasar por um período superior a 1 (um) mês da data inicialmente prevista.

Cláusula 17.^a
(Efeitos da resolução)

1. Em caso de resolução do presente contrato por parte da Primeira Outorgante por fato imputável à Segunda Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento da indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 10 (dez) dias após a notificação para esse efeito.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades/multas que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Clausula 18.^a
(Resolução de diferendos e Litígios)

1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa-fé.
2. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o litígio será dirimido pelo foro da Comarca de São Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro tribunal.



Cláusula 19.ª
(Lei aplicável)

O presente contrato é regulado pelas disposições do Código Civil vigente e demais legislação cabo-verdiana aplicável.

As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

Este Contrato, constituído por 11 (onze) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das partes.

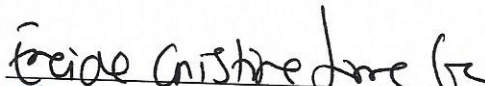
Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, ao 04º dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte dois.

A Primeira Outorgante
ENAPOR, SA


Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho
Presidente do Conselho de Administração




Dr.ª Eneida Cristina Lima Gomes
Administradora Executiva

A Segunda Outorgante
Edilter


Ilir Dedja
Gerente

